



RESUMO EXECUTIVO

9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE 2025

Data: 25/09/2025.

Local: Belém/PA.

PARTICIPANTES DO PLENÁRIO DA TRIPARTITE:

MINISTÉRIO DA SAÚDE: Adriano Massuda, André Luiz Bonifácio de Carvalho, Ana Luíza Ferreira Rodrigues Caldas, Mozart Sales, Fabiano Pimenta, Maria Lucilene Martins Santos, Ana Estela Haddad.

OPAS/OMS: Cristian Morales.

CONASS: Tânia Mara Coelho, Jurandi Frutuoso, Pedro Pascoal Duarte Pinheiro Zambon, Nayara de Oliveira Maksoud Moraes, Fábio Baccheretti Vitor, Jefferson Ribeiro da Rocha, Diogo Demarchi Silva.

CONASEMS: Hisham Mohamad Hamida, Mauro Guimarães Junqueira, Edivaldo Farias da Silva Filho, Rodrigo Buarque Ferreira de Lima, Cristiane Martins Pantaleão, Maria Adriana Moreira, Jucineide Alves Barbosa, Rômulo Simão Nina de Azevedo.

Disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=RQPAAtwzRd8>

1. ABERTURA DOS TRABALHOS

00:12:47 – Adriano Massuda - Secretário Executivo do Ministério da Saúde (SE/MS).

00:16:00 – Ivete Gadelha- Secretária de Estado da Saúde do Pará (Sespa).

00:19:09 – Tânia Mara Coelho - Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

00:21:03 – Hisham Mohamad Hamida - Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

00:23:06 – Cristian Morales - Representante da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas).

00:23:57 – Adriano Massuda - Secretário Executivo do Ministério da Saúde (SE/MS).

00:52:17 – André Bonifácio - Diretor do Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa (DGIP/MS).

00:54:23 – Thais Kellen Leite de Mesquita - Presidente Cosems Maranhão.

Destaques:

O Secretário Executivo do Ministério da Saúde, Adriano Massuda, iniciou a 9ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) cumprimentando a todos os presentes. Disse que estava muito feliz por realizar essa CIT Amazônica na cidade de Belém do Pará em clima de COP30. Cumprimentou e agradeceu a Ivete Gadelha, Secretária de Estado da Saúde do Pará, por apoiar a realização do evento; ao Cristian Morales, Representante da Opas; a todos os Secretários e Secretárias do Ministério da Saúde presentes; e especialmente a equipe da Secretaria Executiva da Comissão Intergestores Tripartite (Secit),



pela organização do evento. Cumprimentou a Presidente do Conass, Tânia Mara Coelho e toda a bancada de secretários estaduais; Jurandi Frutuoso, Secretário Executivo do Conass; Hisham Hamida, Presidente do Conasems; Mauro Junqueira, Secretário Executivo do Conasems e a todos que estavam acompanhando pela transmissão. Lembrou que esta edição da CIT era especial por ser realizada como uma preparação para a COP 30 e por celebrar os 35 anos do SUS.

Ivete Gadelha, Secretária de Estado da Saúde do Pará, cumprimentou a todos e reforçou estar muito feliz com a realização da CIT em Belém. Agradeceu especialmente a parceria do Jurandi Frutuoso, Secretário Executivo do Conass e a todos os presentes. Disse que a região Amazônica voltou a ser vista, porque estava esquecida em períodos anteriores.

Tânia Mara Coelho, Presidente do Conass, saudou a todos os presentes, em especial o Secretário Executivo do Ministério da Saúde, Adriano Massuda, estendendo a saudação a todos os representantes e técnicos do Ministério da Saúde e a todas as autoridades e bancadas do Conass, Conasems. Destacou a importância do evento na região Amazônica e disse que deseja pactuar medidas que reflitam numa melhora do atendimento à população.

Hisham Mohamad Hamida, Presidente do Conasems, cumprimentou a todos os presentes e saudou nominalmente o Secretário Executivo do Ministério da Saúde, Adriano Massuda, e sua equipe, além de representantes das bancadas do Conass e Conasems. Parabenizou, em especial, André Bonifácio, Diretor do Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa, pela organização do evento; Jucineide Barbosa, Presidente do Cosems Pará; Secretários de Saúde do Pará; superintendente do Ministério da Saúde no Pará, Delcimar de Sousa Viana. Ressaltou a importância desta CIT, tanto pela temática quanto pela descentralização da reunião e agradeceu o apoio da presidente do Cosems do Amazonas, Maria Adriana Moreira, pelo apoio no Congresso Norte-Nordeste, realizado em Manaus no início de setembro. Cristian Morales, representante da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), cumprimentou os presentes, em especial o Secretário Executivo do Ministério da Saúde, Adriano Massuda, estendendo a saudação a todos os representantes e técnicos do Ministério da Saúde e a todas as autoridades e bancadas do Conass, Conasems. Destacou a importância desse momento por trazer a discussão das mudanças climáticas e saúde e pela importância do SUS como o maior sistema de atendimento gratuito em saúde do mundo.

Adriano Massuda, Secretário Executivo do Ministério da Saúde, destacou que nesta 9ª edição da CIT se comemora os 35 anos do SUS e iriam homenagear as instituições e parceiros que contribuíram para a consolidação do SUS como um patrimônio do povo brasileiro. O primeiro homenageado foi Jurandi



Frutuoso, Secretário Executivo do Conass. Ele disse estar agradecido por ter se dedicado ao SUS ao longo da vida, pois é essencial que um país tenha um sistema de saúde gratuito e universal para atender a população. A segunda homenageada foi Gracinda Magalhães, Conselheira do Conselho Municipal de Saúde de Altamira no Pará, representando a força das mulheres, a força da Amazônia e do controle social do SUS. Disse que ficou muito feliz com a homenagem, mas que não se achou merecedora porque apenas cumpriu um dever de cidadania. Disse que essa homenagem pertence a centenas de mulheres da Transamazônica Xingu, às mulheres negras e trabalhadoras do SUS, ribeirinhas, dentre outras merecedoras. Pediu mais diálogo com a Secretaria de Saúde Indígena (Sesai) e com a Secretaria de Estado da Saúde do Pará (Sespa). O terceiro homenageado foi André Bonifácio, Diretor do Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa. Disse estar honrado pela homenagem e que valeu à pena trabalhar pelo SUS e continuar lutando em defesa da vida e pela soberania brasileira. A primeira instituição homenageada foi o Conasems, em que Hisham Hamida, Presidente do Conasems, recebeu a placa e agradeceu em nome de todos os municípios do país. Lembrou da importância de acesso ao SUS a todos os brasileiros, independente da questão geográfica e territorial. A segunda instituição agraciada foi o Conass e Tânia Mara Coelho, Presidente do Conass, agradeceu em nome de todos os estados e o Distrito Federal. Agradeceu ao Jurandi Frutuoso, Secretário Executivo do Conass, e aos técnicos. Na sequência a Opas foi homenageada e Cristian Morales como representante, recebeu e disse compartilhar essa homenagem com Socorro Gross e Jarbas Barbosa. Ivete Gadelha, representando a Secretaria de Estado da Saúde do Pará, recebeu a homenagem. Jucineide Alves Barbosa, representando o Cosems Pará, recebeu a homenagem e falou da importância dos gestores de Brasília estarem no Pará para conhecerem a realidade e as dificuldades que enfrentam. Rômulo Nina, Secretário de Saúde de Belém, recebeu a homenagem representando a Secretaria Municipal de Saúde de Belém e colocou a secretaria à disposição para apoiar os demais municípios do Pará. O Conselho Nacional de Saúde receberá a homenagem na próxima CIT devido a impossibilidade da presença da Presidente Fernanda Magano.

André Bonifácio, diretor do Dgip, abriu a cerimônia simbólica de passagem do remo ao 11º Congresso Norte e Nordeste de Secretarias Municipais de Saúde. Convidou Nayara Maksoud, Secretária de Estado da Saúde do Amazonas, representando Manaus, última cidade-sede do evento, a Presidente do Cosems Maranhão, que receberá a próxima edição do congresso e outras autoridades presentes.

Thais Kellen Leite de Mesquita, Presidente Cosems Maranhão, agradeceu a todos e reafirmou o compromisso dos municípios maranhenses em sediar o 11º Congresso Norte e Nordeste. Ela aproveitou a oportunidade para convidar a todos a participarem do evento, que será um espaço importante para debater políticas públicas voltadas aos estados das regiões Norte e Nordeste.



2. DISCUSSÕES E PACTUAÇÕES

2.1. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA) - Plano de adaptação à mudança do clima do setor Saúde (AdaptaSUS).

00:58:08 – Fabiano Pimenta - Secretário Adjunto de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA/MS).

01:13:15 – Tânia Mara Coelho - Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

01:13:34 – Hisham Mohamad Hamida - Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

Destaques:

Fabiano Pimenta, Secretário Adjunto da SVSA, contextualizou o AdaptaSUS como sendo parte da Política Nacional sobre Mudança do Clima, especificamente compondo as Estratégias Nacional e Setoriais de Adaptação que, somado às Estratégias de Mitigação, integra o Plano Clima 2024-2025, criado com objetivo de orientar, promover, implementar e monitorar ações coordenadas que visem à transição para uma economia com emissões líquidas zero de gases de efeito estufa até 2050 e à adaptação à mudança do clima de sistemas humanos e naturais, por meio de estratégias de curto, médio e longo prazo, à luz do desenvolvimento sustentável e da justiça climática. Explicou que o Plano Clima tem um caráter multisetorial, englobando ações de diversos ministérios e, no âmbito do AdaptaSUS, construído numa parceria entre Ministério da Saúde, Conass, Conasems e Conselho Nacional de Saúde, aborda especialmente aquelas voltadas para os efeitos das mudanças climáticas tanto na saúde da população quanto no Sistema Único de Saúde, e sua vigência tem um horizonte temporal até 2035. Ao considerar os principais fatores de vulnerabilidade humana e as vias de exposição provocadas pelas mudanças climáticas, ressaltou sobre os riscos de saúde e os principais efeitos deletérios decorrentes, tais como temperaturas limites e suas alternâncias, acesso ao alimento seguro, qualidade do ar e distribuição de vetores, além do contínuo crescimento de doenças respiratórias e zoonoses. Assim, falou da necessidade de um sistema de saúde resiliente e sustentável, capaz de garantir acesso e atendimento à população à luz de suas diretrizes e princípios. Identificou os principais problemas debatidos pelo grupo de trabalho, instituído em 2024, em quatro categorias de impacto: morbidade, mortalidade, serviços de saúde e emergências em saúde pública, cujas estratégias e ações para atendê-las se consolidam no Plano AdaptaSUS. Com intuito de ordenar o serviço de saúde do SUS, falou dos 4 objetivos propostos pelo plano e citou as metas e ações previstas para cumpri-los, que visam essencialmente o aperfeiçoamento e aprimoramento da Vigilância em Saúde (6 metas e 31 ações) e Atenção à Saúde (8/26), a ampliação da Promoção e Educação em Saúde (5/23), além do reforço a adoção de estratégias de Ciência, Tecnologia, Inovação e Produção (8/13) para adaptação do SUS às mudanças do clima. Totalizando 27 metas e 93 ações, elas consolidam as diretrizes orientativas aos entes



do sistema (União, estados e municípios) para o cumprimento do Plano, com prazos previstos para 2027, 2031 e 2035, dentre elas a ampliação da Vigilância Popular em Saúde e a adoção de uma adequada comunicação de risco. Quanto à implementação do Plano, apontou as áreas responsáveis no MS (Secretarias e Fiocruz), indicando o número de metas atribuídas a cada uma delas, que serão monitoradas e avaliadas pela Coordenação Geral do Clima, na SVSA. A ela cabe o acompanhamento sistemático, por meio de ferramentas *online* de coleta de dados e informações, além de conferir transparência ao processo, consolidada em relatórios e resultados disponibilizados em painéis virtuais de acesso livre. Citou uma parceria OPAS/MS e universidades internacionais na elaboração de um curso gratuito e *on-line* sobre o tema em todo território das Américas, voltado para profissionais de saúde, gestores, planejadores, autoridades públicas, administradores hospitalares e parceiros estratégicos, ocorrendo entre 25/09 e 30/10. Falou também sobre o AdaptaCidades, uma iniciativa do Programa Cidades Verdes Resilientes, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), que busca fortalecer políticas de adaptação e resiliência climática, promovendo a integração e a articulação entre governos em nível nacional e local. O Programa prevê, entre outras estratégias, a transferência de recursos financeiros e tecnológicos a cerca de 590 municípios e uma das áreas de incentivo é o setor saúde, articulação que tem sido aproximada entre os dois Ministérios para dirimir os efeitos das mudanças climáticas, especialmente às populações mais vulneráveis desses municípios.

Tânia Mara Coelho, Presidente do Conass, enfatizou a relevância das problemáticas discutidas e manifestou-se pela pactuação do Plano.

Hisham Hamida, Presidente do Conasems, ressaltou a importância de se manter em observação os desdobramentos do Plano e o debate sobre o tema, especialmente aqueles que necessitem de pactuações tripartite, encaminhando este ponto de pauta para pactuação.

Encaminhamento: Pactuado o Plano de adaptação à mudança do clima do setor Saúde (AdaptaSUS).

2.2. Secretaria Executiva (SE) - Plano operativo da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, Florestas e Águas – Grupo da Terra, Ministério da Saúde.

01:07:50 – Adriano Massuda - Secretário Executivo do Ministério da Saúde.

01:18:45 – Rodrigo Leite, Coordenador-Geral de Participação e Articulação com Movimentos Sociais (Cgpams/Dgip).

01:30:26 – Tânia Mara Coelho - Presidente do Conass.

01:30:33 - Nayara Maksoud, Secretária Estadual de Saúde do Amazonas.

01:33:10 – Hisham Mohamad Hamida – Presidente do Conasems.

Destques:



Rodrigo Leite, Coordenador-Geral da Cgpams, iniciou sua apresentação destacando que a agenda está sendo coordenada pela Secretaria Executiva do Ministério da Saúde (MS). Ele mencionou que a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta foi instituída pela Portaria GM/MS nº 2.866, de 2011, e alterada pela Portaria GM/MS nº 2.311, de 2014, para incluir a população das águas, que não estava contemplada anteriormente. Apresentou a linha do tempo da Política, ressaltando que, apesar de ter mais de 14 anos, sua incidência nos planos municipais e estaduais de saúde ainda é incipiente, e enfatizou a importância do monitoramento da política com a participação dos Ministérios e das secretarias temáticas. Ele informou que o Grupo da Terra, que teve suas atividades interrompidas, retomou-as em dezembro de 2023. Em julho de 2024, houve a atualização do Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, Florestas e Águas – Grupo da Terra do Ministério da Saúde. Essa atualização culminou na primeira Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde do Campo, da Floresta e das Águas, e na instalação de uma nova estrutura de gestão da política. Uma oficina, coordenada pela Cgpams, foi realizada para finalizar o plano operativo e realizar a sexta reunião do Grupo da Terra, com previsão de lançamento do terceiro plano de trabalho. Abordou a composição do Grupo da Terra, que inclui 24 movimentos sociais, e agradeceu ao Conass e ao Conasems pela colaboração na construção do plano operativo, que foi discutido no GT de Gestão da CIT, com previsão de aperfeiçoamento pós-pactuação. Ele apresentou os eixos e diretrizes do plano, que incluem:

1. Eixo 1: Atenção integral à saúde das populações do campo, da floresta e das águas.
2. Eixo 2: Ações de promoção e vigilância em saúde.
3. Eixo 3: Gestão do trabalho e da educação na saúde.
4. Eixo 4: Mobilização, articulação, participação e controle social.
5. Eixo 5: Gestão, monitoramento e avaliação do acesso às ações e serviços de saúde.
6. Eixo 6: Proteção dos territórios saudáveis e sustentáveis.
7. Eixo 7: Pesquisa, disseminação e comunicação sobre a saúde.

Por fim, informou que o recorte do plano abrange o período de 2025 a 2027.

Tânia Coelho, Presidente do Conass, passou a palavra para a Secretária de Saúde do Amazonas, Nayara Maksoud, que destacou a importância de alinhar o Plano Operativo da PNSIPCFA com o AdaptaSUS, considerando as especificidades da Região Norte e a necessidade de um plano logístico.

Hisham Mohamad Hamida, Presidente do Conasems, enfatizou a necessidade de integração entre as ações de participação social nos municípios e nos conselhos municipais de saúde.

Encaminhamento: Pactuado o Plano Operativo da PNSIPCFA.



2.3. Secretaria de Informação e Saúde Digital (SEIDIGI) - Modelos informacionais do Registro de Exame de Laboratório (REL) / RAC (Teleconsulta) e Teleinterconsulta.

01:35:25 – Ana Estela Haddad - Secretária de Informação e Saúde Digital (Seidigi).

01:38:27 – Paula Xavier dos Santos - Diretora do Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (DataSus).

01:48:04 – Tânia Mara Coelho - Presidente do Conass.

01:48:37 – Hisham Mohamad Hamida - Presidente do Conasems.

Destaques:

Ana Estela Haddad, Secretária da Seidigi, destacou que esses três modelos informacionais representam mais um passo importante para a qualificação da Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS) em seu amadurecimento contínuo como plataforma de interoperabilidade do SUS. Informou que o modelo informacional do registro de exame de laboratório (REL) é uma parceria com a Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA), Associação Brasileira de Medicina Diagnóstica (Abramed) e o Instituto Todos pela Saúde. Acrescentou que no momento está disponível o registro de 41 agravos de notificação compulsória que refletirá em um número ainda maior de exames que estarão interoperáveis e recebidos na RNDS. Pontuou que os laboratórios privados utilizam uma linguagem informacional diferente daquela utilizada pelo Gerenciador de Ambiente Laboratorial (GAL) e a Seidigi está fazendo um trabalho de equiparação para que os dados dos laboratórios privados também possam ser incorporados na RNDS. Em relação aos modelos informacionais de atendimento clínico, Teleconsulta e Teleinterconsulta, também representam um avanço muito importante para o Programa Agora Tem Especialistas e para unificar as ações de Telessaúde.

Paula Xavier dos Santos, Diretora do DataSUS, apresentou os modelos informacionais, o REL contemplará 41 doenças, esse modelo foi elaborado no contexto da pandemia de covid-19 e vem sendo evoluído para atender ao cenário de exames laboratoriais como um todo, o processo de recebimento de exames na RNDS se iniciou com as arboviroses totalizando 204 novos exames na primeira etapa e 87 novos exames na segunda etapa. Com essa pactuação, o REL contempla qualquer exame laboratorial de interesse assistencial e vigilância, como por exemplo, Hemograma Completo, PCR para Influenza e Creatinina. Apresentou os modelos informacionais de Teleconsulta e Teleinterconsulta que contou em sua elaboração com participação da Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS) e da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES). Esses modelos permitirão modalidades de Telessaúde integradas ao SUS Digital, registro padronizado e interoperável com a RNDS, dados de atendimentos transformados em informações estratégicas e fluxos otimizados com redução de filas.



Tânia Mara Coelho, Presidente do Conass, parabenizou a apresentação e colocou que a Telessaúde tem se expandindo e está fazendo a diferença em muitos municípios, demonstrou satisfação com a ampliação do número de agravos contemplados no modelo informacional do REL, além da possibilidade de envio de dados dos laboratórios privados que é fundamental para ações de vigilância. Encaminhou pela pactuação. Hisham Mohamad Hamida, Presidente do Conasems, destacou o papel da RNDS como protagonista na interoperabilidade e parabenizou a apresentação. Encaminhou pela pactuação.

Encaminhamento: Pactuados os Modelos informacionais do Registro de Exame de Laboratório (REL) / RAC (Teleconsulta) e Teleinterconsulta.

2.4. Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS) - Minuta de portaria sobre a liberação de carga horária laboral dos profissionais da APS e para participação em ofertas formativas federais, estaduais e municipais.

01:49:36 – Ana Luíza Caldas - Secretária de Atenção Primária à Saúde (Saps).

01:05:17 – Ana Cláudia Cardozo Chaves - Coordenadora-Geral de Saúde da Família e Comunidade.

01:58:19 – Hisham Mohamad Hamida - Presidente do Conasems.

02:00:38 – Tânia Mara Coelho - Presidente do Conass.

Destques:

Ana Luíza Caldas, Secretária da Saps, destacou a importância dessa pactuação, a Saps está realizando oficinas no território em parceria com a SES e Cosems. Disse que essa minuta de portaria demonstra maturidade das discussões tripartite nos territórios, entendendo que cada local tem sua especificidade e é importante garantir aos trabalhadores o tempo para formações que visem a qualificação da assistência na atenção primária à saúde.

Ana Cláudia Cardozo Chaves, Coordenadora-Geral de Saúde da Família e Comunidade, pontuou que a liberação de carga laboral para formação já está respaldada em normativas, como a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) porém na prática é complicado de executar. A portaria tem por objetivo reconhecer a formação como parte do processo laboral, assegurando aos trabalhadores o tempo específico para atividades formativas. Pontuou que a educação permanente promove a reflexão sobre a prática, aprimoramento das habilidades clínicas e gestão e fortalecimento de trabalho em equipe. Algumas das alterações que a minuta de portaria contempla são: possuir vínculo no SCNES; apresentação de certificado ao término da experiência formativa e utilizar, preferencialmente, o espaço físico das unidades de saúde para os processos formativos.

Hisham Mohamad Hamida, Presidente do Conasems, ressaltou a importância dessa pactuação. Lembrou que o Conasems realizou há 4 anos uma escuta sobre os maiores desafios para avanços no SUS, na prática



dos territórios, e a primeira questão levantada foi a organização do processo de trabalho a partir dos processos formativos. Manifestou também a importância de formação, pois muitos profissionais que chegam na atenção primária nos municípios não contam com uma formação qualificada e de qualidade. O Conasems sempre defendeu a necessidade de horário protegido para formação e em ambiente de trabalho. Agradeceu o trabalho realizado pela Secretária da Saps ao escutar as demandas dos municípios e traduzir isso em ações do Ministério da Saúde. Encaminhou pela pactuação.

Tânia Mara Coelho, Presidente do Conass, parabenizou a iniciativa da Saps e ressaltou a importância devido à grande rotatividade nas equipes da atenção primária à saúde. Encaminhou pela pactuação.

Encaminhamento: Pactuada a Minuta de portaria sobre a liberação de carga horária laboral dos profissionais da APS e para participação em ofertas formativas federais, estaduais e municipais.

2.5. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES) - Política Nacional de Cuidados Paliativos (PNCP).

02:02:16 – Fernando Augusto Figueira, Diretor do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência (Dahu).

02:10:03 – Tânia Mara Coelho – Presidente do Conass.

02:11:04 – Diogo Demarchi – Vice-Presidente do Conass/Região Sul.

02:14:45 – Mozart Tabosa Sales - Secretário de Atenção Especializada em Saúde (Saes).

02:21:43 – Mauro Guimarães Junqueira - Secretário Executivo do Conasems.

Fernando Figueira, diretor do Dahu, apresentou trabalho realizado para a revisão da Portaria GM/MS nº 3681 de 07/05/2024 que instituiu a Política Nacional de Cuidados Paliativos (PNCP). Abordou o conceito de cuidados paliativos, enfatizou que a política traz materialidade para uma mudança de cultura pois coloca a possibilidade dos cuidados paliativos desde o início de um tratamento, como opção, ou de forma aguda quando a terminalidade de um tratamento esteja posta. Informou que os cuidados deverão estar em todos os pontos de atenção da rede de saúde e apresentou os desafios para implementação da PNCP. Descreveu as etapas ocorridas para revisão da portaria e finalizou mostrando pontos que sofreram alteração pós-revisão.

Tânia Mara Coelho, Presidente do Conass, parabenizou a revisão e enfatizou que espera maior adesão à política com as mudanças, visto o aumento da necessidade de cuidados paliativos.

Diogo Demarchi, vice-presidente do Conass, parabenizou a PNCP e destacou a melhoria nos arranjos para disponibilizar equipes nos territórios e ponderou acerca da necessidade de habilitações.

Mozart Sales, Secretário Saes, ponderou acerca das habilitações de serviços e sugeriu a criação de um grupo de trabalho tripartite para tratar de habilitações e demanda real de regulação.



Mauro Junqueira, Secretário Executivo do Conasems, concordou com a sugestão de um grupo de trabalho e destacou a necessidade de um sistema para que seja demonstrado as demandas reais de estados e municípios não alimentadas.

Encaminhamento: Pactuada a minuta da Portaria Política Nacional de Cuidados Paliativos (PNCP).

2.6. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES) - Política Nacional de Doação e Transplantes (PNDT).

02:23:55 - Arthur Lobato Barreto Mello, Diretor do Departamento de Atenção Especializada e Temática (Daet)

02:31:12 – Tânia Mara Coelho - Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde

02:31:12 – Diogo Demarchi - Vice-Presidente do Conass/Região Sul.

02:31:44 – Jefferson Rocha - Secretário de Saúde de Rondônia

02:32:58 – Nayara de Oliveira Maksoud Moraes - Secretária de Saúde do Amazonas

Destques:

Arthur Lobato Barreto Mello, Diretor Daet, apresentou a proposta de instituição da Política Nacional de Doação e Transplantes (PNDT), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e integrada ao Sistema Nacional de Transplantes (SNT), instituído pelo Decreto nº 9.175/2017. Ressaltou que, embora o SNT já possibilitasse a realização de doações e transplantes, ainda não havia uma política nacional específica, tornando necessária a atualização normativa diante da obsolescência da regulamentação anterior. Explicou que a PNDT foi estruturada em quatro pilares: (i) normatização da política; (ii) atualização de critérios técnicos e científicos; (iii) obrigatoriedade do uso do Sistema de Gerenciamento (Siga), assegurando padronização, rastreabilidade e fortalecimento da governança digital; e (iv) definição de critérios para os Planos Estaduais de Doação e Transplantes (PEDTs). O processo de atualização incorporou evidências nacionais e internacionais e definiu diretrizes para novos procedimentos no SUS, como transplantes de intestino, multivisceral e uso da membrana amniótica em queimados. Reforçou princípios fundamentais do SNT, amplamente discutidos pelo Conass e pelo Conasems, incluindo: gratuidade, anonimato, ética em todos os processos, equidade regional, proibição da comercialização de órgãos e tecidos, vedação de remuneração ou troca de favores, beneficência aos receptores e não maleficência aos doadores vivos. Entre os objetivos da PNDT, destacaram-se: o aumento da notificação de potenciais doadores, a elevação da taxa de autorização familiar, a ampliação da efetivação das doações e transplantes realizados e a redução do tempo de espera para transplante de córneas para até 60 dias. As diretrizes abrangeram o fortalecimento do setor público de doação e transplantes, a organização das redes de referência e contrarreferência, a



integração entre os níveis de atenção e o acesso às listas de espera e aos exames. Incluíram ainda a garantia de insumos essenciais conforme a modalidade, a definição de parâmetros técnicos para alocação de órgãos, o cuidado integral a doadores e receptores, o monitoramento por indicadores, a atenção à saúde mental dos profissionais, bem como o controle social e a transparência das informações. Informou que as competências foram distribuídas entre as três esferas de gestão: à União couberam a normatização, avaliação, gestão, financiamento e articulação; aos estados, a implementação, organização da rede, financiamento, fiscalização e capacitação; e aos municípios, a gestão da rede local, apoio técnico, implementação e suporte ao paciente. Por fim, destacou que o processo de elaboração contou com ampla participação social e institucional, incluindo Centrais Estaduais de Transplantes, consulta pública, Conass, Conasems e Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Tânia Mara Coelho, Presidente do Conass, encaminhou pela pactuação da proposta.

Jefferson Rocha, Secretário de Saúde de Rondônia, agradeceu ao Ministério da Saúde pelo trabalho realizado e destacou que Rondônia não tratava os transplantes de forma sistematizada. Atualmente, o estado ocupa a terceira posição proporcional na captação de órgãos e repasse ao sistema. Por fim, foi reforçada a expectativa de que a implementação da PNNDT fortalecerá a região Norte.

Nayara de Oliveira Maksoud Moraes, Secretária de Saúde do Amazonas, cumprimentou a todos os presentes e agradeceu à equipe do MS que esteve no AM, ressaltando a expectativa de fazer as filas de transplante hepático funcionarem. Informou que o estado já possui a equipe montada, apenas aguardando o avanço da PNNDT, e que, posteriormente, o AM pretende aprimorar o processo de transplante de córneas, atualmente realizado, com maior participação dos hospitais universitários.

Arthur Lobato Barreto Mello, Diretor do Daet, finalizou destacando a importância do Sistema Nacional de Transplantes e da PNNDT, especialmente próximo ao Dia Nacional da Doação de Órgãos. Agradeceu ao Conass, Conasems e a todas as instâncias do Ministério da Saúde.

Encaminhamento: Pactuada a minuta da Portaria Política Nacional de Doação e Transplantes (PNNDT).

3. APRESENTAÇÕES E DISCUSSÕES

3.1. Apresentação sobre o Programa Agora Tem Especialistas.

02:39:00 – Rodrigo Oliveira - Diretor do Departamento de Estratégia para Expansão e Qualificação da Atenção Especializada (DEEQA/Saes).

02:54:05 – Mozart Tabosa Sales - Secretário de Atenção Especializada em Saúde (Saes).

02:59:30 – Tânia Mara Coelho - Presidente do Conass.

03:00:35 – Diogo Demarchi - Vice-Presidente do Conass/Região Sul.

03:04:20 – Pedro Pascoal, Secretário de Estado de Saúde do Acre.



03:05:12 – Hisham Conasems – Presidente do Conasems

03:07:20 – Rodrigo Oliveira - Diretor do DEEQAE/Saes.

03:09:24 – Mozart Tabosa Sales - Secretário de Atenção Especializada em Saúde (Saes).

Destques:

Rodrigo Oliveira, Diretor do Departamento do DEEQAE, apresentou os avanços do Programa Agora tem especialistas, lembrou os 8 componentes e destacou os tópicos comuns. Enfatizou a importância dos grupos condutores e recomendou que para sua implementação nos estados haja pactuação em CIB ou CIR. Destacou como se dá a operacionalização das ofertas do “Agora tem especialistas” no território: para cada um dos oito componentes ocorre, via grupo condutor, discussão para validação da oferta e pactuação. Após deliberação em CIB ocorre a aditivção ou contratualização, sempre que necessário, ou articulação com a AgSUS. Realiza-se a programação com ajuste ao que já é ofertado na rede, realiza-se produção, conecta com regulação e de acordo com o componente há diferentes saídas. Detalhou o status de propostas em diferentes modalidades do programa. Informou que no mês de outubro deverá ser ampliada o projeto de carretas itinerantes (unidades móveis de atenção especializada). Apresentou o painel de monitoramento com dados da regulação assistencial pelo qual 93% dos municípios tiveram ao menos um envio à RNDS no último trimestre. Expressou que é esperado o aumento dos dados do componente ambulatorial. Finalizou a apresentação disponibilizando link para os atos normativos e descrevendo as próximas etapas do programa. Mozart Sales, Secretário da Saes, relatou que, em pouco mais de 90 dias, muitos atos normativos foram publicados para implementação do programa, há um período de adequação e o MS tem trabalhado para apoiar estados e municípios em suas propostas.

Tânia Mara Coelho, Presidente do Conass, parabenizou a equipe do MS responsável pelo programa, cuja presença nos territórios tem sido fundamental para entendimento sobretudo em relação aos créditos financeiros. Perguntou se a opção por carretas (unidades móveis de atenção especializada) vai passar por CIB.

Diogo Demarchi, Vice-presidente do Conass, ponderou a necessidade de tratar com deputados federais para um melhor alinhamento sobre as emendas parlamentares direcionadas ao programa e que os estados e municípios devem aproveitar ao máximo o orçamento garantido para o Programa.

Pedro Pascoal, Secretário de Estado de Saúde do Acre, mostrou preocupação com unidades privadas que estão se credenciando no estado do Acre com indicadores ruins e que o Ministério Público orientou a não credenciar. Solicitou ao MS a produção de um documento orientador para verificar a aptidão dos hospitais ao serviço.



Hisham Hamida, Presidente do Conasems, reafirmou o compromisso do Conasems para o Programa e informou que, a partir de outubro, o Conasems ampliará o apoio às secretarias de saúde para a operacionalização do Agora Têm Especialistas e parabenizou a equipe do MS.

Rodrigo Oliveira, Diretor do DEEQA, explicou que para operacionalização das carretas será deliberação em CIR encomendada pela CIB, conforme estabelecido em ato normativo. Acrescentou que será publicada cartilha para orientar emendas parlamentares direcionadas ao Programa Agora Tem Especialistas.

Mozart Sales, Secretário da Saes, prestou esclarecimentos acerca de contratualização, informou que o gestor local tem total autonomia para informar questões não registradas no CNES.

MESA 1: PREPARAÇÃO DO BRASIL PARA A COP 30 -
<https://www.youtube.com/watch?v=v3EwtRkIaMY>

00:00:25 – Jefferson Ribeiro da Rocha - Secretário de Estado de Saúde de Rondônia.

00:19:06 – Fernando Ritter - Secretário Municipal de Saúde de Porto Alegre/RS.

00:51:06 – Fabiano Geraldo Pimenta Júnior - Secretário Adjunto de Vigilância em Saúde e Ambiente.

01:09:19 – Danielle Zacarias - Assessora da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde.

01:18:54 – Cristian Morales Fuhmann - Representante da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas).

Destques:

Jefferson Ribeiro da Rocha, Secretário de Estado de Saúde de Rondônia, apresentou os Efeitos Climáticos e seus Impactos na Saúde de Rondônia.

Fernando Ritter, Secretário Municipal de Saúde de Porto Alegre/RS, apresentou a Experiência de Preparação e Resposta em Situação de Emergência: Cosems RS - O SUS Frente aos Novos Desafios.

Fabiano Geraldo Pimenta Júnior, Secretário Adjunto de Vigilância em Saúde e Ambiente, apresentou a Agenda do Brasil na COP 30: Carta de Belém e o Plano de Adaptação às Mudanças Climáticas do Setor Saúde (AdaptaSUS).

Danielle Zacarias, Assessora da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, apresentou informações sobre Infraestrutura para preparação e resposta assistencial para a COP 30 e eventos de massa.

Cristian Morales Fuhmann, Representante da Opas, apresentou a Preparação e Resposta às Emergências em Saúde Pública e Agenda Internacional na Opas.

*Todas as apresentações encontram-se disponíveis no link abaixo.

MESA 2: SAÚDE NA AMAZÔNIA LEGAL

01:48:26 – Paulo de Tarso - Assessor da Secretaria Executiva.

02:04:21 – Nayara Maksoud - Secretária de Estado de Saúde do Amazonas.

02:34:37 – Jucineide Alves Barbosa - Presidente do Cosems Pará.



Destques:

Paulo de Tarso, Assessor da Secretaria Executiva, apresentou o Plano + Saúde Amazônia Legal.

Nayara Maksoud, Secretária de Estado de Saúde do Amazonas, apresentou os Desafios e Estratégias da Gestão do SUS na Amazônia Legal - Experiências do SUS Amazonas.

Jucineide Alves Barbosa, Presidente do Cosems Pará, apresentou os Desafios e Estratégias da Gestão do SUS na Amazônia Legal, Experiência Cosems Pará.

*Todas as apresentações encontram-se disponíveis no link abaixo.

EXTRA PAUTA

Encaminhamento: Pactuada a realização de Reunião Extraordinária da CIT no dia 08 de outubro de 2025 com a pauta de Assistência Farmacêutica Oncológica e Radiologia.

*Os documentos, lista de presença, apresentações e resumo executivo estão disponíveis em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/gestao-do-sus/articulacao-interfederativa/cit>